

DIAGNÓSTICO DO PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES: BAIXIO DO MUQUÉM, BAIXIO DAS PALMEIRAS E BAIXIO DOS OITIS EM CRATO – CE.

Felipe Álamo Matos de Oliveira^{1*}, Mariana Barros Tavares², Ana Roberta Duarte Piancó³

1. Bolsista de IC do Curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri - URCA

2. Bolsista de IC do Curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri - URCA

3. Orientadora – Profa. Me. do Departamento do Curso de Geografia da URCA

Resumo:

O presente artigo é fruto de resultados parciais de uma pesquisa de iniciação científica PIBIC/FUNCAP/URCA, que tem como tema o Diagnóstico do Processo de Desterritorialização das Comunidades: Baixio do Muquém, Baixio das Palmeiras e Baixio dos Oitis, localizadas no Distrito Baixio das Palmeiras a cerca de 6 a 9 km da sede do município do Crato-CE.

Destacamos que a pesquisa em tela, contempla em termos de análise, a problemática que permeia a produção nas comunidades acima descritas. E como objetivo principal, fazer um diagnóstico do processo de desterritorialização sofrido por elas diante do avanço do poder do estado e do capital a partir da implantação do Projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC), considerada a maior obra hídrica do estado.

Palavras-chave: Camponeses; Estado; Desterritorialização.

Apoio financeiro: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP/URCA).

Introdução:

A região do cariri teve sua base de povoamento alicerçada nas atividades agrícolas por se tratar de um território com condições físicas e climáticas extremamente favoráveis para o desenvolvimento de tais atividades.

O processo de modernização produtiva iniciado nesta região por volta da década de 60 alavancou uma mudança nas formas de produção, bem como, uma desvalorização das atividades agrícolas tradicionais.

Nessa perspectiva, o espaço agrário cratense - tomado como recorte para os propósitos do nosso estudo no Distrito Baixio das Palmeiras, que engloba 12 comunidades tradicionais, dentre estas as três selecionadas para a realização da referida pesquisa: Baixio do Muquém, Baixio das Palmeiras e Baixio dos Oitis - sofreu, assim como vem sofrendo em

seus longos anos modificações no seu espaço assim como, nos diversos lugares do planeta, o espaço agrário cede lugar ao urbano, alterando assim sua estrutura. Visto isso, torna-se de primordial importância, verificar essas modificações ocorridas, partindo inicialmente do campo de análise da situação fundiária local, o uso da terra, as relações nelas estabelecidas, as apropriações e desapropriações feitas, a luta pelo acesso à terra, e acrescentemos também à água, no Cariri Cearense.

Face a isto e dos problemas ocasionados, em específico aos vividos pelos camponeses e pequenos Produtores de um modo geral e, particularmente, por assentados de pequenas propriedades rurais, repletos de distorções e com dificuldade de se reproduzirem cotidianamente em virtude das implicações dos processos de expansão e territorialização do capital no campo, surgem alguns questionamentos para os quais, através da pesquisa - já em andamento nas três comunidades descritas -, propusemos buscar respostas.

Nesse sentido, destacamos que o presente trabalho, tem como mote central averiguar a problemática que permeia a produção nas comunidades acima citadas, localizadas no Distrito Baixio das Palmeiras ao lado da sede do município de Crato/CE. Espera-se que com a referida pesquisa, consiga-se produzir, com efeito, discussões e questionamentos em nível teórico e prático à cerca do acesso a posse da terra das comunidades, bem como, compreender o processo de organização para produção e comercialização dos camponeses e/ou pequenos produtores rurais. Além da resistência camponesa diante do avanço do poder do Estado e do capital que está impactando o cotidiano de todos (as) a partir da Implantação do Projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC).

Metodologia:

Para a composição do trabalho, foi realizado, com base em Gil (2009), uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental

de acordo com a classificação dos procedimentos técnicos utilizados. Bem como, exploratória, descritiva e participante mediante os nossos objetivos.

De cunho bibliográfico e documental porque foi desenvolvida com base em material já elaborado, impresso e não impresso, encontrado em diversas fontes, constituído principalmente de livros e artigos científicos, e por se utilizar fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre o que almejamos trabalhar. E exploratória, pelo fato de nos proporcionar maior familiaridade teórica com o problema e a temática da pesquisa, com vista a torná-lo(a) mais explícito(a) ou a construir determinadas hipóteses, por aprimorar nossas idéias e por necessitarmos fazer entrevistas com as pessoas das comunidades investigadas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e descritiva, por ser também de nosso interesse descrever as características dos sujeitos que as compõem e da problemática que as envolve, e por fazermos o estabelecimento de relações entre variáveis, mas, significativamente por utilizarmos técnicas padronizadas de coleta de dados como, por exemplo, o questionário e a observação sistemática; e participante com base no estudo de campo, crucial para a nossa pesquisa e, sem o qual não teríamos a possibilidade de aprofundamento das questões propostas, realização da observação sistemática da área, aonde vivenciamos o cotidiano dos camponeses e pequenos produtores. (GIL, 2009).

Neste sentido, para compreendermos no plano teórico e prático os reflexos do que se passa nas Comunidades Baixio do Muquém, Baixio das Palmeiras e Baixio dos Oitís, como aportes de consulta, citamos Sousa (2013) e Fernandes (2007) para a compreensão do conceito de desterritorialização, Lima (2005) e Brito (2016) para compreensão de impactos provocados por grandes obras e dos conflitos por terra e água por estas ocasionados, Nobre (2015) para entender como se deu o processo de formação das comunidades, Moura (1986) para compreensão da noção de camponês, Elias (2006) para a dinâmica e expansão da economia agropecuária globalizada, entre outros autores, fundamentais para embasamento teórico dos procedimentos técnicos/metodológicos utilizados e aplicados em campo.

Resultados e Discussão:

Num total, 11 pessoas foram entrevistadas até agora, todas impactadas mediante os critérios que traçamos de atingidas

direta ou indiretamente pelo CAC, entre as quais, constamos os principais representantes das três comunidades supracitadas. A partir da aplicação dos questionários, buscamos compreender a relação do camponês com a terra, o seu processo de organização e comercialização da produção, assim como a sua opinião quanto ao CAC.

Em termos quantitativos, 07 dos entrevistados afirmaram ter registro de posse da terra, o qual está em seus nomes, tendo alguns adquirido em forma de herança, outros em forma de indenização, mas, a maioria por compra do terreno, e os demais que não enquadram em nenhuma dessas três formas, submetidos a prática do arrendamento, fornecendo parte do seu cultivo ao dono da terra como forma de aluguel da propriedade para poder produzir e morar.

No que se refere ao Baixio dos Oitís, pudemos constatar claramente relações de subserviência por parte de alguns moradores da comunidade, caracterizada principalmente por pessoas que são agregadas e moram em casas de pau-a-pique, não podendo construir residências de alvenaria e necessitando da permissão do dono da terra para continuarem morando na mesma. A forma de pagamento para produzir na terra por parte dos camponeses desta se dá através da prática do arrendamento com pagamento em produto e/ou serviços ao proprietário do terreno.

Nesta perspectiva, sendo o Brasil país eminentemente capitalista, podemos perceber nitidamente as contradições nos modos de produção, conforme nos diz Oliveira (1997) que o próprio modo capitalista de produção dominante geraria relações capitalistas de produção e não - capitalistas, de acordo com a dinâmica e a lógica de desenvolvimento do capital no campo ao criar e recriar relações de exploração/subjugação e expropriação dos camponeses, realidade essa, constatada nas comunidades pesquisadas, aonde no caso do Baixio dos Oitís a situação se revela mais crítica em relação as outras duas comunidades.

No que se refere a produção, todos contam que esta é exclusivamente voltada para o autoconsumo da família, ocorrendo de algumas vezes alguns comercializarem o excedente em feiras próximas e da cidade do Crato, para fins de obtenção de renda extra. As culturas plantadas, são: milho, feijão, fava, banana, seriguela, e algumas verduras. E as sementes utilizadas no processo de produção, de origem crioula, oriundas da própria região.

Por localizarem-se em uma área de vale, ou num “baixio” como expressam eles, nunca sofreram com a falta de água e infertilidade da terra, no que se referem a necessidade desta nas etapas dos seus processos produtivos, abastecimento e da sua reprodução.

Todavia, acreditamos que está realidade não permanecerá por muito tempo, quando o empreendimento do governo (o CAC) já em processo de consolidação sobre as comunidades iniciar, ou for concluído. Não sem fundamento, estas afirmações tornam-se mais consistentes e verídicas ao passo que observamos os impactos que as obras vêm causando sobre as áreas por onde já se iniciaram e nos depoimentos das pessoas de outras comunidades tradicionais fora do Distrito que, transtornadas em consequência dos resultados preliminares já evidentes do projeto, afirmam está sofrendo vários descasos e prejuízos. Com base no pensamento de um dos membros do GEA chamado Anderson Camargo Brito, o qual compôs uma excelente obra intitulada “Águas Pra Que(m)”, podemos dizer que, além da problemática do acesso a terra, teremos também o conflito pelo acesso à água provocado pelo projeto, ocasionando nos ditames deste pesquisador, uma sobreposição de conflitos.

Em específico ao CAC, tendo em vista a interpretação dos dados coletados, constatamos que, temerosos com o avanço da(s) obra(s), muitos dos camponeses ainda sofrem com a angústia e o medo de serem desterritorializados, sobretudo, pelas perdas dos bens materiais e imateriais que vão ter. Psicologicamente abalados pelos impactos do projeto, 10 dos 11 entrevistados, afirmaram não acreditar, quando do término das obras, serem beneficiados pelo CAC. Pois entendem que está obra virá para promover a especulação imobiliária na área, potencializar o agronegócio, os portos, fragilizar os laços comunitários, destruir a natureza, secar as fontes e acabar com as comunidades. Segundo Nobre (2015) o empreendimento que ocasionará a territorialização do capital, fortalecerá também a especulação da terra, comércio e empregos, mesmos que passageiros.

Com base no que até agora pudemos catalogar, o prognóstico que se faz com relação a eles é de que, quando de início das obras, a situação de conflitos internos já existentes nas comunidades (entre aqueles que se colocam a favor dela com aqueles que se posicionam contra), se intensifique, caso o medo provocado pelas incertezas e a preocupação gerida por elas face ao projeto não seja suprida e superada pelo fortalecimento do espírito de coletividade e união entre elas.

Mediante estas considerações, alguns questionamentos se fazem importantes e ao mesmo tempo necessárias ao passo que, famílias camponesas estão sendo desapropriadas de suas terras, e sofrendo psicologicamente com as perdas de seus bens materiais e imateriais: será que irá se beneficiar mesmo com tal projeto? Segundo o discurso do Governo Estadual, os beneficiários vivem nas regiões “mais carentes” de água do semiárido nordestino? Ou será mais uma das manobras políticas para beneficiar a aristocracia agrária, interesses de políticos, as corporações do agronegócio? Está é uma questão em aberto que fica a mercê de provocação para estudos posteriores.

Com o discurso da seca no Nordeste, o Estado cria grandes obras para acabar com a seca, e não para conviver com a mesma.

O silêncio é um dos fatores principais entre o Estado e as comunidades, pois até a presente data os moradores não sabem ao certo quantas pessoas serão atingidas pela obra e qual será o valor das indenizações. Deve-se destacar que algumas pessoas que já foram indenizadas não revelam o valor da mesma, embora todos os entrevistados afirmam que o valor estipulado não é correspondente com o valor das benfeitorias do terreno da casa e do roçado existentes, causando transtornos nas pessoas, principalmente nos idosos que, devido morar tantos anos na mesma residência e na comunidade, e por ter relações de afeição com o lugar onde residem, sentem-se abalados com a hipótese de serem desterritorializados.

As comunidades resistem fortemente, e desta resistência foram geradas novas formas de enfrentamento, a exemplo do Fórum Popular das Águas. Bem como, o fortalecimento das Associações Rurais das três comunidades, e realização de atividades correlacionadas com os conflitos provocado pelo CAC pela instituição de ensino da comunidade Baixio do Muquém: Escola de Ensino Fundamental Prof^a Rosa Ferreira de Macedo. Como atividades desenvolvidas na referida escola destacamos oficina de cartografia, na qual foi elaborado com o auxílio da professora de geografia mapas temáticos, da divisão territorial das comunidades, com a utilização de sementes crioulas. No intuito de resgatar o sentimento de pertencimento e de identidade das crianças e jovens do distrito Baixio das Palmeras, contribuindo com a resistência e luta contra os impactos negativos do CAC.

Conclusões:

No que concerne os efeitos colaterais do CAC sobre as comunidades, que de certa

forma já estão sendo explicitados e sentidos pelos camponeses que as compõem, face ao que os moradores estão passando, presenciando e já puderam presenciar, consideramos até o presente momento que, o CAC, conforme os dados obtidos, está gerando mais impactos negativos do que positivos sobre as três comunidades: Baixio do Muquém, Baixio das Palmeiras e Baixio dos Oitis. Embora as obras se encontram provisoriamente paradas.

Diante do avanço do poder do estado, observamos o descaso deste para com as três comunidades estudadas e outros grupos tradicionais atingidos que, sendo invisibilizados pela mídia e pelo atual sistema, o qual privilegia a maximização, expansão e a acumulação do lucro, presenciam o posicionamento capitalista do referido agente a favor dos interesses externos das grandes firmas e corporações do agrohidronegócio em detrimento dos interesses públicos e sociais da classe oprimida.

Neste sentido, nos levando a dizer que, não por falta de provas, o estado revela-se inteiramente a favor do capital que, territorializando-se no território do espaço agrário por meio de políticas públicas cheias de ideologias, investimentos e de incentivos fiscais, através da construção de grandes obras hídricas e de outros tipos, desterritorializa um número grande de camponeses, de grupos quilombolas e indígenas. Dessa maneira, expulsando-os de seus territórios sem se preocupar com o bem estar mental destes, e com os prejuízos que vão ter em termos de perdas de bens materiais e imateriais.

Referências bibliográficas

BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. **Águas para que(m):** grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará. – 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2016.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, 2006, p. 29-51.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas S-A, 2009.

LIMA, Luiz Cruz. Além das águas, a discussão no Nordeste do Rio São Francisco. **Departamento de Geografia**, 17, 2005, pag. 94-100.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986.

NOBRE, Francisco Willian. **Baixio das Palmeiras:** apontamentos geográficos, culturais e historiográficos. Juazeiro do Norte: BSG, 2015.

OLIVEIRA, Oriovaldo Umbelino de. Questões teóricas sobre a agricultura camponesa. In: _____. **A agricultura camponesa no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

RICHARDSON, ROBERTO J. et al. Capítulo 12. Questionário. In: _____. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3ª ed. 9. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, José Graziano da. Antecedentes históricos. In: _____. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1989.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território e (des)territorialização. In: _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.